

**SCARAMELLI, Giovanni Battista. *Discernimento dos Espíritos: para a correta condução de nossas ações e das ações dos nossos semelhantes.*
Trad. Leonardo Serafini Penitente. Campinas: Ecclesiae, 2015, 222p.
ISBN: 978-85-8491-003-8.**

A obra póstuma do ilustre sacerdote jesuíta (†1752) vem a lume em português, após mais de dois séculos e meio da publicação original em italiano (Veneza, Appresso Simone Acchi, 1764). A tradução foi baseada na versão espanhola (Madrid, 1859), com cotejos na edição de origem e na versão francesa (Paris, 1893).

Nascido em Roma em 1687, o Pe. Scaramelli se caracterizou pela vida de apostolado nas missões populares, às quais dedicou três décadas de sua existência. É reconhecido não apenas pela profunda teologia ascética, mas também pela doutrina mística que emana de suas obras. Aprofundou-se no estudo da espiritualidade impelido pelo zelo na orientação espiritual de seus penitentes. Suas obras alcançaram grande divulgação, sendo traduzidas em vários idiomas. A justo título, Paulo VI outorgou a este filho de Santo Inácio o epíteto de “mestre no discernimento dos espíritos”.

Numa síntese admirável, a obra é fruto de sua experiência pastoral, oferecendo precauções e regras preconizadas pela Tradição da Igreja para discernir os enganos que mais comumente ludibriam aqueles que almejam a perfeição cristã. Ensinamentos e exemplos de Doutores da Igreja e santos permeiam

generosamente as explicações oferecidas.

O opúsculo é antes de tudo direcionado a mestres e superiores de noviços, ou seja, àqueles encarregados de guiar as almas, ou ainda, aos diretores espirituais e confessores. No entanto, por sua “linguagem simples, direta e prática” (Apresentação à edição brasileira, p. 12), poderá servir também para as almas iniciantes. A intenção do livro é apresentar “um corpo de regras aptas para discernir a qualidade do próprio espírito” (p. 19), que sofre influência seja do espírito divino, seja do espírito diabólico.

Com efeito, logo na abertura do capítulo inicial, o presbítero jesuíta adverte, com base no Apóstolo João (cf. I Jo 4,1), a não sermos “fáceis em dar crédito a qualquer espírito” (p. 21), ou seja, é mister conferir a causa de seus movimentos. Nessa esteira, define espírito como um “impulso, moção ou movimento interior para crer ou descrever, fazer ou deixar de fazer alguma coisa; e que, tal é o espírito, assim será sua moção, boa ou má” (p. 23-24).

A seguir, fundamentando-se nos escritos de São Bernardo, distingue seis classes de espíritos: divino, angélico, diabólico, carnal, mundano e humano. O primeiro, o espírito bom, conduz o

homem para a verdade: “O Espírito Divino é uma moção interior que sempre nos inclina ao verdadeiro e nos afasta do falso; impele-nos ao bem e nos aparta do mal; e por isso é sempre santo” (p. 24). Quando Deus realiza uma ação por meio de um anjo, diz-se que é fruto do espírito angélico. O espírito diabólico, por sua vez, “é um impulso ou movimento interior que sempre nos conduz ao falso e ao mal, e nos distancia do bem; e por isso é sempre mau” (p. 25). Nesta funesta empresa, a carne e o mundo subordinam-se ao demônio, como pérfidos aliados. O espírito da carne consiste na “inclinação aos deleites do sentido” (idem) e o espírito do mundo “é uma propensão interna à ambição, às honras, à glória, aos cargos, dignidades, terras e riquezas” (idem). O espírito humano refere-se a “uma inclinação da natureza humana, corrompida pelo pecado original, àquelas coisas que são conforme o aproveitamento e benefício do corpo” (idem). Na realidade, os seis espíritos podem se reduzir a três: o divino (ao qual se subordina o angélico), o diabólico (que tem o mundo e a carne como aliados) e o humano.

Toda a obra procura evidenciar como o demônio – o inimigo comum da humanidade – age habilmente sobre a debilidade do homem para conduzi-lo à perdição, em particular em quem decidiu seguir os caminhos de Cristo.

Inicialmente, o padre jesuíta sublinha o grande número de demônios prontos para nos tentar (se tivessem corpo,

obscurerariam o Sol ao meio-dia, ilustra São Roberto Belarmino). O Autor destaca ainda que os demônios não têm acesso direto às nossas faculdades superiores (inteligência e vontade), mas com muita perspicácia influenciam-nas por meio de nossa parte sensitiva (incluindo o cérebro), induzindo-nos ao erro. Ora, nossa natureza, com o pecado de Adão, foi “ferida com aquele golpe mortal”, e nossa concupiscência já não obedece servilmente à razão. Assim, “o entendimento tornou-se obscuro, a imaginação instável, e a vontade débil e fraca; desenfreada ficou a concupiscência, que começou a revelar-se com todas as suas paixões contra a vontade e contra a razão, recusando-se a aceitar o freio da subordinação” (p. 31-32). Ora, nessas condições, a parte humana é impelida com frequência àquilo que o demônio e seus aliados – o mundo e a carne – propõem.

No caminho para a perfeição cristã, o maligno age com peculiar astúcia para conseguir a ruína espiritual do homem. O Autor nota que as tentações do demônio nascem normalmente de improviso, sem causas aparentes. Para avaliar se determinada inclinação nasce da tentação ou da fraqueza humana, oferece uma regra: se a pessoa reza a Deus e a tentação logo desvanece, é sinal que advém do demônio, caso contrário, poderá ser indício da debilidade humana. Nessa altura, o Autor ainda não comenta sobre uma confluência desses dois fatores.

Há dois tipos de discernimento dos espíritos: o primeiro, concedido a poucos, encontra-se no rol das graças *gratis datae*, enumeradas pelo Apóstolo (I Cor 12,10). Por meio dele, são conhecidos os segredos dos corações alheios (cuja penetração pode ser maior ou menor), para o bem espiritual de terceiros. O outro gênero “consiste no juízo prudente, adquirido com arte e com indústria, acerca do próprio ou alheio espírito [...] que qualquer um pode conseguir” (p. 35).

O dom de discernimento (sobrenatural) pode, em teoria, ser conferido a pecadores, embora seja ordinariamente concedido a almas santas. Nessa linha, sustenta São Paulo que o homem espiritual julga todas as coisas, mesmo as escondidas nos corações dos homens (I Cor 2,10). Esse dom sempre existiu na Igreja, e até mesmo no Antigo Testamento, quando os sacerdotes distinguiam os profetas verdadeiros daqueles falsos. Entre os santos que possuíam esse dom, o Autor menciona: Santa Maria Madalena de Pazzi, Santa Catarina de Sena e São José de Cupertino, o qual admoestava os pecadores com a fórmula: “Aprenda-se em lavar a cara” (p. 45), para indicar o estado pecaminoso de seu interlocutor.

O capítulo IV comenta a respeito do discernimento enquanto virtude – tema central do livro – adquirida com arte e com indústria (empenho). A base evangélica encontra-se no mandato de Cristo de discernir os falsos profetas

vestidos de ovelhas, mas que são lobos por dentro.

O diretor de almas tem obrigação moral de possuir essa virtude, seja para discernir as origens e movimentos interiores (de Deus, do demônio ou de nossa natureza corrupta), seja para discernir as moções extraordinárias. Sem essa virtude, pode dar conselhos imprudentes, prescrever regras inoportunas e mesmo guiar as almas à perdição. Por esse motivo, é mister que saiba reconhecer tanto os atos positivos quanto as insídias infernais em seus dirigidos, para alertá-los e corrigi-los, especialmente se há suspeitas de que estejam ocultas sob a aparência de bem.

Em seguida, são apresentados alguns meios principais para adquirir essa virtude que “pertence à graça comum a todos os homens justos” (p. 54). Em primeiro lugar, deve-se “pedir a Deus incessantemente a luz do discernimento, porque os pensamentos e afetos dos mortais são incertos e muito duvidosos” (p. 53).

O segundo meio encontra-se na inspiração das Sagradas Escrituras, nos livros dos Santos Padres e dos Doutores e no exemplo dos santos. Estudando essas obras, os guias de almas poderão extrair regras para o reto discernimento de seus dirigidos.

O terceiro meio é a experiência com as diversas qualidades dos espíritos. Até mesmo a experiência própria pode ser útil: “O que pode saber aquele que não

tem sido tentado”? (Eclo 34,9, cit. in p. 59).

O quarto meio é a humildade, essencial para guiar bem as almas. O quinto meio consiste em controlar as afeições em relação aos penitentes, para julgar com isenção de ânimo. O sexto seria a instrução nas ciências sagradas. O sétimo seria “examinar exatamente as coisas, e ponderá-las bem, antes de formar o juízo” (p. 65). Aqui se aplica ainda mais a regra de Jesus: pelos frutos conhecereis a árvore. Por fim, o último meio é conhecer as marcas de um espírito bom e as do espírito mau, conforme as palavras de Jeremias (15,19): “Se apartares o precioso do que é vil, diz o Senhor, serás como a minha boca” (cit. in p. 69).

O capítulo VI é dedicado aos sinais do espírito divino nos movimentos ou atos de nosso entendimento. Nesse discernimento, vários sinais são exigidos para formar um juízo prudente: 1) O espírito divino sempre ensina o verdadeiro, ou seja, qualquer pensamento ou suposta revelação que se oponha às Escrituras ou ao Magistério Ordinário da Igreja não pode ser sugerido por Deus; 2) Ele jamais sugere “coisas inúteis, estéreis, vãs ou impertinentes” (p. 73). Locuções que transmitem só curiosidades ou visões que não se ordenam a nenhum proveito certamente não são enviadas por Deus; 3) Ele traz luz para a inteligência, ou seja, retidão e santidade de pensamentos; 4) Traz ainda docilidade, sobretudo no

tocante à obediência; 5) Faz também que o entendimento se torne capaz de discernimento: “de juízo para decidir o que é lícito; de reta deliberação em elegê-lo; de boa deliberação em ordená-lo; de justa economia em temperá-lo; e de prudente moderação em executá-lo” (p. 77); 6) Infunde pensamentos humildes, como aqueles de Moisés após a teofania, ou de Jeremias, consagrado Profeta desde o ventre materno, mas que se considera insuficiente como uma criança incapaz de falar.

Já os sinais do espírito diabólico são: 1) a falsidade, pois o demônio é o pai da mentira, sobretudo quando se transfigura de “anjo da luz” (II Cor 11,14). Ele pode enganar até os santos, como foi o caso de Santa Catarina de Bolonha a quem apareceu com a forma de Jesus Cristo. Nem sempre é fácil discernir o joio no meio de santos pensamentos; 2) Sugestão de coisas inúteis, efêmeras e impertinentes; 3) Ofuscamento da mente com trevas e falsa luz; 4) Perversidade e obstinação no erro. A teimosia é o vício, comenta Cassiano, que mais conduz a alma para a perdição; 5) Indiscrição, incitando excessos. O Autor cita um caso de um monge que foi instigado pelo demônio para fazer longo jejum, para então ser tentado com mais facilidade; 6) Soberba: donde Ricardo de São Vitor alertar para “examinar se em nossas obras há *louvor humano, ostentação de uma exibição, coisas vãs, ou impelidas por alguma leviandade*” (p. 93).

Os capítulos VIII e IX contrapõem os sinais do espírito divino e os do espírito diabólico relativamente aos movimentos e aos atos da vontade: 1) O espírito de Deus traz paz à vontade, pois é um de seus frutos, conforme insiste São Paulo; já o espírito diabólico impõe inquietude, turbacão e alvoroço; 2) A humildade sincera é um sinal de que a vontade vem do alto, ou ainda: “Santa Teresa confessa que Deus jamais lhe fez qualquer favor a não ser quando estava aniquilando-se diante de suas próprias misérias” (p. 98). A humildade é a própria divisa de Deus. O demônio, por sua vez, manifesta soberba e outros afetos anexos, como a vanglória. A falsa humildade se discerne pela angústia e pesar, tornando a alma covarde e cheia de fraqueza; 3) A firme confiança no Senhor e o santo temor de si mesmo são características de uma vontade regida segundo Deus. Já o contrário, isto é, o desespero ou a desconfiança vem do demônio, pois ele sabe que “a confiança é aquela preciosa corrente que nos leva ao paraíso” (p. 117). O desespero “é o maior de todos os males” (idem); 4) A vontade flexível às inspirações de Deus é um indício da ação d’Ele, ao passo que a dureza à voz da obediência (sobretudo a rebeldia) é um sinal diabólico; 5) A retidão de intenção no agir indica de modo especial que se trata de um sinal divino, já o contrário, ou seja, sugerindo fins perversos, é um indício que vem do demônio. O Diretor deve ficar atento às intenções do penitente; 6) A

paciência nas adversidades é indicativo de que o movimento vem de Deus; já a impaciência é uma marca da presença do demônio; 7) A mortificação voluntária das inclinações é “um sólido caráter do espírito divino” (p. 108), ao passo que a desordem das paixões é como a ação do lobo num rebanho: “todas as ovelhas se põem em movimento e consternação” (p. 126). As paixões, de fato, vêm da própria natureza humana, mas recebem o seu vigor por influência satânica; 8) Outro sinal de Deus é a sinceridade, a veracidade e a simplicidade, ao contrário da duplicidade, da ficção e da simulação, que vêm do demônio; 9) A nona característica é a liberdade de espírito, cujo oposto é a fixação e o apego; 10) Outra nota é a imitação de Cristo, cujo oposto é a desatenção a Ele; 11) O último caráter de Deus é a caridade mansa, benigna e desinteressada, ao passo que demônio sugere a falsa caridade e o falso zelo, que está cheio de impaciência, de raiva e de soberba, conforme a doutrina de São Gregório (p. 129).

A questão é que nem sempre é fácil discernir se determinado movimento vem de Deus ou do demônio. O capítulo X se dedica a examinar algumas ações típicas de espíritos duvidosos. Por exemplo, deve-se suspeitar se alguém passa a desejar uma mudança brusca de estado de vida. Também é “grandemente duvidoso” se o espírito é levado a “coisas incomuns” ao estado (como uma mulher casada que quisesse viver como

monja). Quanto às práticas peculiares de alguns santos – São Bernardo que promovia a vida contemplativa, mas saía, às vezes, do claustro, ou Santa Catarina de Sena, que pregava aos papas –, devem ser analisadas à luz da qualidade do espírito de cada um (como a retidão e a humildade). É necessário também discernir as autênticas inspirações para ações extraordinárias (como São Filipe Neri, que se fingia de louco). Quanto às penitências, alerta-se a exagerados jejuns que poderiam enfraquecer o espírito para a oração ou para o estudo. Como bem observa o Pe. Scaramelli, a maceração do corpo deve estar unida à da alma. De modo análogo, as consolações devem estar vincadas em atos de virtude. As lágrimas “são também suspeitas, porque elas podem igualmente nascer de três distintas fontes, quais sejam: a natureza, as ilusões do demônio e a divina graça” (p. 146). Neste último caso, ocorre quando “o Espírito Santo inflama a vontade em santos desejos e afetos” (idem). O Autor recomenda cautela relativamente às supostas revelações ou fenômenos místicos extraordinários.

O capítulo XI trata das diversas formas como Espírito Santo opera nas almas: movendo-nos para o verdadeiro, honesto e santo; para o bem em geral (como se dedicar a uma vocação religiosa, sem especificar necessariamente qual ordem); e para boas obras. O espírito divino também procede de modo plácido (o espírito

demoníaco, por sua vez, é turbulento e feroz); trata diversamente as almas boas, ou seja, às vezes com doçura, outras vezes com fortaleza; às vezes, porém, esconde-se da alma, provocando aridezes com vistas ao maior bem dela.

Já no capítulo seguinte são expostas as principais astúcias do demônio para enganar as almas. Conforme adverte São Cipriano, o demônio age como um capitão que sitia um castelo, buscando a melhor brecha para entrar. Ou seja, procura “a paixão mais frágil e a inclinação mais conveniente para assaltá-la” (p. 161). São Leão Magno defende que nenhuma debilidade dessa fortaleza interior fica escondida à perspicácia diabólica. Nesse sentido, os demônios, comenta São Gregório, “despertam aquelas paixões que mais se entrechocam com tal temperamento” (p. 162) pessoal (instigam, por exemplo, os melancólicos à raiva, etc.).

Em seguida, reforça que “de ordinário nós somos a causa das tentações com que o demônio nos acomete” (p. 163). Explica Santo Agostinho que o prazer provoca a ação da concupiscência. Se alguém, por exemplo, teme cumprir com suas obrigações, logo o demônio aumenta o medo. Se outro tem amor pela propriedade, é facilmente instigado para a ganância. Cabe aos guias de almas, portanto, alertar os penitentes a repelir o quanto antes os primeiros movimentos interiores para o mal.

Os demônios conhecem ainda outra tática de guerra, a saber: o recuo, para

depois agir com ainda maior força. Assim ocorreu com o general Aníbal, que outrora invencível, caiu no ócio e nas delícias de Cápua, sendo em seguida brutalmente aniquilado. De forma análoga, conforme já alertava Santo Inácio, o demônio às vezes permite às almas conquistar o bem, para depois capturá-las com seus ardis. Dessa forma, procura expor as almas às ocasiões de perigo (aparentemente) lícitas, para depois levá-las à perdição. Ou ainda, oferece multiformes obras boas ou ações lícitas que desviam, na realidade, a vocação. Ao inimigo do gênero humano se aplica o dito de Virgílio: “Tu tens mil nomes e mil formas de danar” (*Eneida*, canto VII, 337-338, cit. in p. 168).

O Autor oferece ainda três conselhos para não cair nas tramas diabólicas: 1) pedir luzes para conhecê-las; 2) jamais perder o ânimo; 3) revelar as tentações com sinceridade ao confessor ou a outra pessoa doura.

O Pe. Scaramelli distingue as astúcias do demônio que conduzem ao mal das ilusões, isto é, as “artes fraudulentas para levar o homem ao mal com aparência de bem” (p. 171). Recorda que Satanás se transfigura em anjo da luz, sob a forma de um(a) santo(a) ou mesmo do próprio Jesus.

As ilusões podem também ocorrer de forma inversa: “Diz São Lucas que, contando as santas mulheres aos Apóstolos que tinham visto o Redentor ressuscitado, eles tiveram aquelas visões por fantasiosas e delírios de mulheres.

Naquele caso, a ilusão não foi das mulheres, mas dos Apóstolos, porque, como bem nota o Fr. Luís de Ponte, não menor erro é chamar de delírio da imaginação a uma verdadeira visão” (p. 178). Contudo, Deus nunca admite que o demônio aja “tão dissimuladamente a ponto de, ao fim, não se poder desvendar suas mentirosas operações” (p. 181). Segundo Santa Teresa, a luz das verdadeiras visões “é clara, viva e suave, nas falsas é pálida, apagada, débil e obscura, porque não pode o demônio, em seu modo de agir, prescindir de tudo o que ele é” (p. 182). Ora, essa luz de Deus deixa sempre impressa nas almas “uma profundíssima humildade”, sinal evidente para discernir a ação divina. Ao contrário, o demônio levanta sempre a autocomplacência e “certa ganância por espalhar tais favores, com o pretexto de aproveitar aos próximos e de dar glórias a Deus” (p. 184).

O capítulo XIV versa sobre as ilusões diabólicas na prática das virtudes e dos vícios. O espírito maligno, explica Santo Agostinho, por vezes assalta abertamente como um leão; por outras, ocultamente como um dragão. Neste caso, deve ser ainda mais temido. Por exemplo, às vezes cobre a ira ou a inveja com os véus de zelo. Outra “grande ilusão é encobrir o amor carnal com a aparência de amor espiritual” (p. 201).

Eis alguns sinais para discernir o amor santo do amor profano: 1) O primeiro se deleita em discursos espirituais, úteis e edificantes; já o

segundo se manifesta com raciocínios vãos, ligeiros e afetuosos; 2) O amor espiritual é modesto; o carnal, livre no mirar; 3) O amor bom pensa com moderação no amigo; já o mau, ou menos bom, vem com exagero; 4) O amor carnal é ciumento; 5) O amor espiritual é desinteressado; 6) O amor mundano gosta de granjear afetos por meio de dádivas; 7) O amor profano esconde os defeitos da pessoa amada, bajulando-a.

Outras ilusões incluem: exageros nas penitências corporais, aridez na oração e outros exercícios de piedade, falsa alegria, etc.

O último capítulo expõe as características do espírito humano, “com suma brevidade, porque este espírito, tomado por si só, não é tão eficaz como o divino, nem tão ardiloso como o diabólico” (p. 211). Eis alguns sinais desse espírito: a busca da própria satisfação, da utilidade própria e da estima. O presbítero jesuíta esclarece ainda que “por espírito humano não se entende aqui um espírito que venha de Deus por inspiração, ou do demônio por tentação, ou do mundo por atração, ou da carne por estímulo dos sentidos, mas se entende apenas como uma inclinação imperfeita da natureza debilitada pela culpa original” (p. 213) que existe até nas almas mais santas. Na realidade, o espírito humano é o campo de batalha onde o espírito divino e o diabólico travam rigoroso combate.

Não se deve desprezar o espírito humano. O Autor explica em síntese que “assim como o licor toma algo da qualidade do vaso dentro do qual está guardado, também as virtudes recebem frequentemente alguma imperfeita qualidade da natureza daqueles que a exercitam. Veja, pois, o Diretor que este é um espírito maliciosíssimo que, sob o pretexto de serviço a Deus, busca-se sempre a si mesmo e à sua natural satisfação. É também um espírito sutilíssimo, que, como azeite, insinua-se em todos os atos das virtudes” (p. 219).

Os comentários do tradutor ao pé de página nem sempre são satisfatórios. Eis alguns exemplos. Não se usa o título de “frei” para membros de certas ordens, como os jesuítas (“Frei Francisco Suárez”, in p. 40) ou beneditinos (usa-se “dom”, cf. p. 64; 86). Por outro lado, o tradutor emprega o título “Pe. Royo Marín” quando o ideal seria utilizar “frei” para o ilustre frade dominicano (p. 42).

Vale fazer ainda uma pequena observação quanto à tradução. Lê-se à página 76: “A esta perfeição havia chegado aquele devoto solitário, que em toda a sua vida não havia persistido [*conteso*] com ninguém”. Não faz muito sentido a palavra empregada para o termo italiano supramencionado; o sentido é de “brigado” ou “litigado”. Logo na página seguinte se enuncia

um ditado célebre, também obscuro: “Nulo é todo aquele que está disposto a abrir mão de seu gênio”. Na realidade, a citação é inserida em latim no original. Ora, traduziu-se “*nullus*” por “nulo”, e não por “ninguém”, como deveria ser: “Ninguém está disposto...”

A obra de Scaramelli, parcialmente inspirada nos *Exercícios espirituais* de Santo Inácio, é um clássico de espiritualidade destinado à direção das almas. Na realidade, o discernimento dos espíritos é parte integrante da vida

cristã e fundamental no progresso rumo à santidade, pois nada é mais importante do que discernir as causas para combater os efeitos.

Como sabemos, o padre jesuíta escreveu ainda duas obras importantes: *Diretório místico* e *Diretório ascético*, as quais seriam também igualmente úteis para a publicação em língua portuguesa.

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)